

NOTA INTRODUTÓRIA

POLÍTICAS MIGRATÓRIAS CONTEMPORÂNEAS: DIREITOS, NARRATIVAS E CIDADANIA

Ana Paula Costa

A imigração constitui, sem dúvida, um dos temas centrais da União Europeia (UE) e da política portuguesa contemporânea. No plano regional, em 2024, foi aprovado o novo pacto em matéria de migração e asilo, com o objetivo de estabelecer um conjunto de regras para a gestão da imigração e para o Sistema Europeu Comum de Asilo entre os Estados-Membros da UE. Já a nível interno, em 2025, Portugal assistiu a um debate público particularmente intenso em torno das dinâmicas migratórias, das alterações à Lei de Estrangeiros e das condições de acesso à nacionalidade. No contexto português, estas discussões relacionam-se com necessidades económicas e laborais, pressões sociais e mediáticas, desafios administrativos e expectativas de integração, refletindo, sobretudo, diferentes conceções sobre o lugar da imigração na sociedade portuguesa e europeia.

É neste enquadramento que se apresenta este dossiê dedicado ao tema «Políticas migratórias contemporâneas: direitos, narrativas e cidadania», reunindo seis artigos que, a partir de perspetivas disciplinares diversas, oferecem análises críticas sobre os vários domínios das políticas de imigração e de nacionalidade. Em conjunto, estas investigações exploram não apenas quadros normativos e práticas institucionais, mas também os discursos, os valores e os atores que moldam a ação pública em Portugal e na UE.

O dossiê abre com uma reflexão aprofundada sobre o novo pacto sobre migração e asilo da UE (aprovado em 2024), por Filipe Nunes, discutindo as suas estratégias de uniformização, as tensões entre Estados-Membros e os riscos para a salvaguarda efetiva dos direitos humanos nas fronteiras europeias. Segue-se uma leitura crítica da trajetória legislativa portuguesa desde o final da década de 1990, por Ana Paula Costa, sublinhando a passagem de um modelo amplamente consensual para um contexto político mais polarizado e restritivo, com implicações diretas para a revisão da Lei de Estrangeiros.


O seguinte contributo para o debate é de Catarina Reis de Oliveira e centra-se no reagrupamento familiar, enquanto direito fundamental e dimensão estruturante da imigração contemporânea. Através de uma análise sociológica e histórica da evolução legal

até 2025, o artigo evidencia como este direito tem sido moldado por opções políticas, por concepções de família e por práticas administrativas, ao mesmo tempo que é reinterpretado pela agência das próprias famílias imigrantes.

A dinâmica comparada surge também em foco com o estudo de João Miguel Duarte de Carvalho no artigo sobre as políticas de aquisição de nacionalidade em Portugal e em Espanha, que identifica tendências de convergência e divergência ao longo das últimas décadas e destaca o papel das ideias políticas na produção de modelos nacionais distintos. Complementarmente, a relação entre imigração e habitação é analisada por Luís Mendes enquanto um dos eixos mais críticos da integração dos imigrantes, revelando como a precariedade habitacional se traduz em múltiplas vulnerabilidades que afetam desproporcionalmente a população imigrante.

O dossiê finaliza com o artigo de Lucas Arantes Zanetti, Denise Cogo e Júlia Faria Camargo, que examina o papel crescente das plataformas digitais na produção e circulação de narrativas anti-imigração. Ao analisar a combinação entre afetos, desinformação e lógicas algorítmicas, demonstra-se como estes ecossistemas digitais podem reforçar a polarização política e consolidar discursos excludentes no espaço público.

Os seis artigos aqui reunidos oferecem uma visão abrangente e interdisciplinar sobre a evolução das políticas de imigração e de nacionalidade em Portugal e na UE, procurando contribuir para um debate público mais informado, sustentado em investigação académica sólida que considera as complexidades sociais, políticas e humanas que caracterizam os fenómenos migratórios contemporâneos.

Agradeço ao IPRI-NOVA por esta iniciativa, em especial à professora Catherine Moury pela confiança e parceria ao longo deste e de outros trabalhos. Um agradecimento especial aos autores deste dossiê, que gentilmente aceitaram contribuir para esta importante temática com os seus excelentes trabalhos e reflexões. 

Ana Paula Costa Investigadora associada no IPRI-NOVA. Cientista social pela Universidade Federal de Viçosa (Brasil) e doutoranda em Ciência Política, com especialização em políticas públicas, pela Universidade NOVA de Lisboa.

> IPRI-NOVA, Rua de D. Estefânia, 195, 5.º D.º, 1000-155 Lisboa, Portugal | ana.apc.costa@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-9578-314>